

Conselho Nacional de Justiça

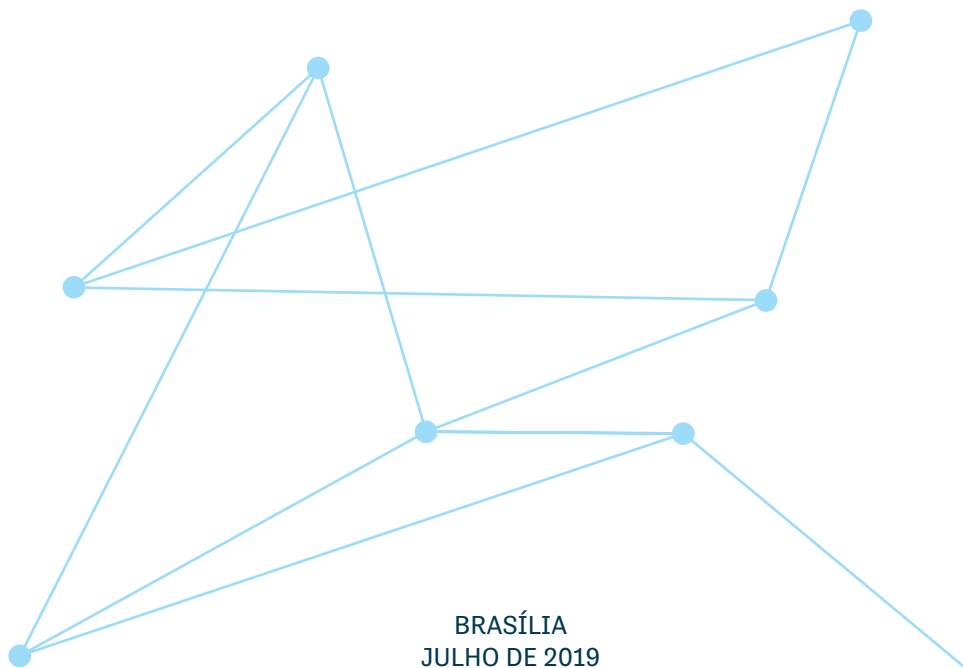
2019

1º Semestre

Conselho Nacional de Justiça

2019

1º Semestre



BRASÍLIA
JULHO DE 2019



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente: Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça: Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

Conselheiros: Aloysio Corrêa da Veiga
Maria Iracema Martins do Vale
Márcio Schiefler Fontes
Daldice Maria Santana de Almeida
Fernando César Baptista de Mattos
Valtércio Ronaldo de Oliveira
Francisco Luciano de Azevedo Frota
Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva
Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
André Luis Guimarães Godinho
Valdetário Andrade Monteiro
Maria Tereza Uille Gomes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Carlos Vieira von Adamek

Diretor-Geral: Johaness Eck

**Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica:** Richard Pae Kim

Juízes Auxiliares: Luís Geraldo Santana Lanfredi
Rodrigo Capez
Bráulio Gabriel Gusmão
Carl Olav Smith
Carlos Gustavo Vianna Direito
Flávia Moreira Guimarães
Lívia Cristina Marques Peres
Márcio da Silva Alexandre
Camila Plentz Konrath
Mario Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

2019

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SEPN Quadra 514 norte, lote 9, Bloco D, Brasília-DF

www.cnj.jus.br

“ *Que todos – independentemente de profissão, gênero, cor, crença, ideologia política e partidária, classe social – estejamos juntos na construção de um Brasil mais tolerante, mais solidário e mais aberto ao diálogo. Afinal, fomos forjados na heterogeneidade de nosso povo, de nossos costumes, de nossas tradições, ideias e sentimentos.”*

Ministro Dias Toffoli,

*Discurso de posse como presidente do presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília, 13 de setembro de 2018*

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretário de Comunicação Social: Rodrigo Farhat
Coordenador de Jornalismo: Gustavo Torquato
Comunicação Institucional: Rejane Neves
Edição: Juliana Freitas
Sarah Barros
Thaís Cieglinski
Fotografia: Gil Ferreira
Gláucio Dettmar
Luiz Silveira
Diagramação: Eron Castro
Aline Pereira
Marcus Póvoa
Revisão: Carmem Menezes
Apoio: Luciana Albuquerque
Marli Souza
Vitória Russel



Sumário

Apresentação	9
CNJ em números	10
Políticas judiciárias avançam e são fortalecidas	12
Enfrentamento de gargalos da execução penal	30
Estratégia de tecnologia com inovação, transparência e eficiência	37
Aperfeiçoamento e desburocratização da gestão	47
Ações de comunicação do CNJ privilegiam TV, redes sociais e meio ambiente	50

Apresentação

O Conselho Nacional de Justiça completou, neste mês de junho que se encerrou, 14 anos de atividades, período este marcado por um crescente amadurecimento e comprometimento com os preceitos que fomentaram a sua criação.

A atual gestão, seguindo essa dinâmica, tem se empenhado para que o CNJ possa, cada vez mais, contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência, efetividade e segurança jurídica, em benefício da sociedade e dando sentido à sua missão institucional.

Na busca de dar efetividade a sua missão, e considerando o modelo de planejamento definido pelo Ministro Dias Toffoli e pelos Conselheiros, encerramos o primeiro semestre de 2019, com a certeza de que a jornada está em pleno curso e que as etapas planejadas estão sendo vencidas.

O relatório de atividades deste primeiro semestre do ano apresenta as principais atividades realizadas pelo Conselho, os projetos que estão em desenvolvimento e os resultados já obtidos.

Neste semestre tivemos significativos avanços nas ações relacionadas ao Programa Resolve; ao projeto CNJ pela Primeira Infância; ao projeto que cuida da Automação e Governança da Execução Fiscal; Mediação Digital e de integração dos sistemas multiporta. Foram firmados Termos de Cooperação com representantes do Sistema de Justiça, Poderes Executivo, Legislativo e Sociedade Civil.

O Conselho também tem se empenhado em buscar alternativas para a questão penal por meio do programa Justiça Presente, que apresenta uma série de ações e projetos voltados ao enfrentamento dos principais gargalos da execução penal.

Os desafios tecnológicos igualmente foram objeto de muito trabalho e pesquisa do CNJ nesses seis meses de trabalho. O Conselho, seguindo a estratégia de tecnologia da informação e comunicação estabelecida para o biênio 2018-2020, executou ações nos projetos de inteligência artificial; computação em nuvem; governança e gestão em TIC; interoperabilidade; segurança da informação e dedicou especial atenção ao Processo Judicial Eletrônico PJ-e, que passou por melhorias nesse período.

Importante destacar que os resultados agora apresentados não seriam possíveis sem o apoio que o Conselho Nacional de Justiça tem recebido dos demais órgãos do Poder Judiciário e do sistema de Justiça, assim como dos demais Poderes da União, Estados, Municípios e da Sociedade Civil Organizada, a partir de inúmeras parcerias firmadas.

O Conselho Nacional de Justiça é ainda jovem pelo tempo de sua história, mas em razão da experiência de seus Conselheiros, do empenho de seus servidores e da qualidade dos projetos que estão sendo desenvolvidos, tem se mostrado preparado para os desafios que o futuro no Judiciário promete.



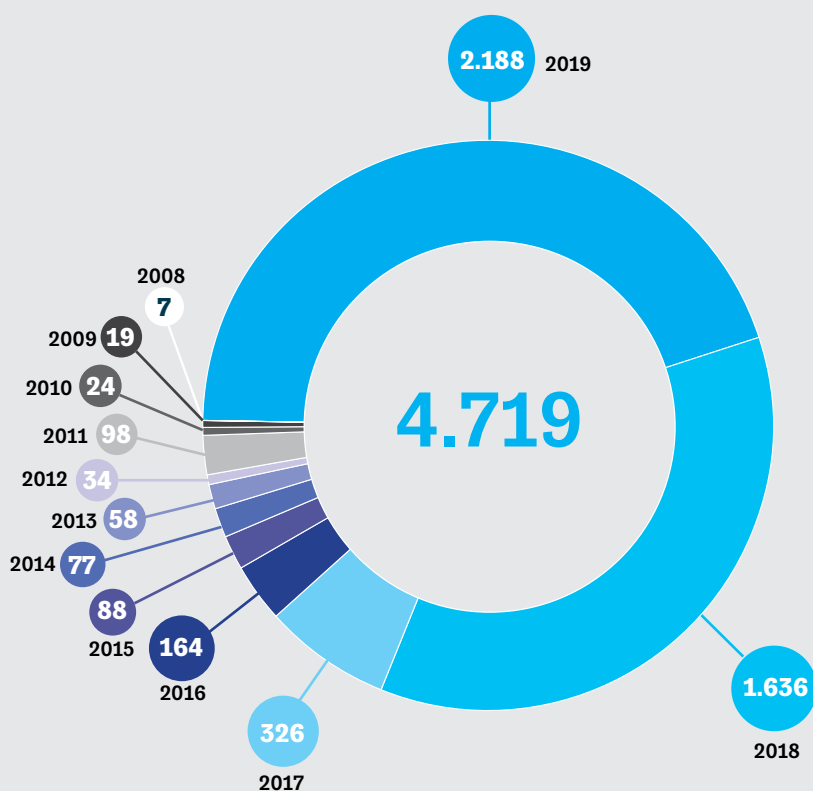
Carlos Vieira von Adamek
Secretário-Geral do
Conselho Nacional de Justiça



Richard Pae Kim
Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica

CNJ em números

NÚMERO DE PROCESSOS* EM TRAMITAÇÃO



DISTRIBUÍDOS
4.701

ARQUIVADOS
5.747

*Dados de 2008 a 2019



● **MINISTRO DIAS TOFFOLI**
PROCESSOS RELATORIA

1º JAN 2019 - 1º JUL 2019

● **142** DISTRIBUÍDOS

● **144** ARQUIVADOS

● **92**
EM TRAMITAÇÃO

● **10** SESSÕES PRESENCIAIS:
64 PROCESSOS JULGADOS
– MÉDIA 6,4

● **7** SESSÕES VIRTUAIS:
191 PROCESSOS JULGADOS
– MÉDIA 27,3



Políticas judiciárias avançam e são fortalecidas

Secretaria Especial de Projetos, Pesquisas e Gestão Estratégica desenvolve ações e projetos com foco na infância e juventude, conciliação, combate à violência doméstica e capacitação, com estatísticas produzidas pelo órgão e acompanhamento das Metas do Judiciário

Projetos e ações em andamento

Programa Resolve

Previsto no art. 4º da Resolução CNJ nº 125 de 2010, o Programa Resolve visa impulsionar a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário por meio de projetos e ações de incentivo à autocomposição de litígios e à pacificação social por meio da conciliação e da mediação.

Projeto “Poupança - Planos Econômicos”

Articulação institucional para incremento da adesão ao acordo coletivo homologado pelo Supremo Tribunal Federal, incluindo a organização das Semanas da Poupança pelos tribunais.

Projeto “Benefícios Previdenciários por incapacidade”

Estabelecimento de parâmetros uniformes para tratamento das causas relativas aos benefícios por incapacidade nos segmentos das Justiças Federal e Estadual (competências delegada e acidentária).

Projeto “e-Resolve”

Integração das ferramentas “Consumidor.gov.br”, do Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP) e o Processo Judicial Eletrônico (PJe), bem como desenvolvimento de ferramenta de conciliação e mediação on-line, integrada ao PJe.



Projeto CNJ pela Primeira Infância

O Pacto Nacional pela Primeira Infância tem por objeto a cooperação técnica e operacional para aprimorar a infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança e à prevenção da improbidade administrativa dos servidores públicos e demais atores da rede de proteção à primeira infância, que têm o dever de aplicar a legislação voltada à garantia dos direitos difusos e coletivos previstos no artigo 227 da Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Marco Legal da Primeira Infância.

Celebrado em 25 de junho de 2019, o Pacto foi firmado entre o CNJ e 42 órgãos e entidades governamentais e não governamentais que integram a rede de atenção à primeira infância. O primeiro conjunto de ações do Pacto é o projeto “Justiça começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”, cuja candidatura foi submetida pelo CNJ em processo de chamamento público para formação de Banco de Projetos financiados pelo Fundo de Direitos Difusos (FDD).

São metas do projeto: a) realizar diagnóstico nacional da situação de atenção às crianças na primeira infância no Sistema de Justiça Brasileiro em 120 municípios; b) sensibilizar e capacitar os operadores do Direito e equipe técnica quanto aos princípios, diretrizes e estratégias representadas pelo Marco Legal da Primeira Infância, mediante a oferta de 23.500 vagas de capacitação e a realização de cinco seminários regionais, sendo o primeiro concretizado em 25 de junho de 2019, ocasião em que foi firmado o Pacto; e, por fim, c) identificar, disseminar e fomentar a implementação de boas práticas do Marco Legal da Primeira Infância no Sistema de Justiça Brasileira.

Pacto Nacional pelo Depoimento Especial

O Pacto Nacional pela Implementação da Lei n.º 13.431/2017 tem por objetivo a conjugação de esforços para, mediante ação integrada entre os pactuantes, estabelecer mecanismos para a concretização do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Firmado entre o CNJ e outras doze instituições públicas e privadas, tem a meta principal de prevenir a revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, por meio, dentre outros, da criação de um protocolo único para a escuta especializada e o depoimento especial, bem como da construção de um modo coordenado, integrado e eficiente de atuar para assegurar os direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Embora tenha sido celebrado na data recente de 13 de junho de 2019, um de seus desdobramentos já está em curso e em breve deve ser lançado: trata-se do curso de formação em depoimento especial.

Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão

Dotado de caráter nacional e permanente e com atribuição de promover integração institucional, elaborar estudos e propor medidas concretas de aperfeiçoamento do sistema nacional de Justiça, nas vias extrajudicial e judicial, para enfrentar situações concretas de alta complexidade, grande impacto e elevada repercussão ambiental, econômica e social, o Observatório Nacional atua, no momento, nos casos da Chacina de Unai (2004), o incêndio da Boate Kiss (2013), e o rompimento das barragens de Fundão (Mariana - 2015) e Mina Córrego do Feijão (Brumadinho - 2018). Em maio, incluiu o caso do bairro Pinheiro, Maceió (AL), no escopo do colegiado.

A atuação do Observatório Nacional já resultou no primeiro semestre em:

- Curso de Capacitação em Negociação em Causas Complexas: ocorrido nos dias 15 e 16 de março de 2019 e destinado a treinar e capacitar membros do Poder Judiciário e do Ministério Público que tenham atuado ou estejam atuando em processos relacionados aos desastres nas cidades de Mariana e de Brumadinho, em Minas Gerais.
- Lançamento do site do Observatório Nacional: ocorrido em 30 de abril de 2019, destinou-se à apresentação do portal do Observatório e do primeiro relatório de atividades do grupo ao público presente e à imprensa nacional.

Além disso, ao longo das reuniões do colegiado, tem sido aberto espaço para as pessoas envolvidos nas tragédias – em especial as vítimas – falarem e exporem suas opiniões, reclamações e anseios perante os representantes máximos do Poder Judiciário e do Ministério Público. Também os agentes públicos vêm sendo ouvidos, a fim de identificar-se suas necessidades e dificuldades no desenvolvimento do seu trabalho e mapear formas de a Administração superior auxiliá-los no desempenho deste último.



Outros projetos e ações

Execução Fiscal – Automação e Governança

Primeiras reuniões de grupo de trabalho criado para implementar medidas de automação e governança voltadas à melhoria da tramitação dos processos de execução fiscal e realização do evento “Execução Fiscal – Workshop Mineração de processos na otimização dos fluxos da execução fiscal”, para promover capacitação em ferramenta de mineração de processos capaz de analisar os fluxos processuais de execução fiscal existentes e identificar eventuais gargalos na tramitação.

Audiência pública sobre a revisão das regras relativas ao concurso da magistratura – Resolução CNJ n.º 75/2009

Realizada em 10/6/2019, o evento colheu elementos de discussão sobre a Resolução CNJ n. 75, que dispõe sobre concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional. Com a participação de diversos membros do Poder Judiciário, integrantes da advocacia e de órgãos de classe e ainda de estudiosos do assunto, debateu-se a necessidade de revisão e aperfeiçoamento das regras que regem atualmente a seleção de juízes, tornando-as mais consentâneas com a realidade e as necessidades atuais. Na oportunidade, foram colhidas diversas sugestões tanto para os concursos de ingresso como para os cursos de formação.

Curso de Admissibilidade Recursal

Planejamento de curso presencial e on-line sobre admissibilidade recursal, com objetivo de disponibilizar conhecimentos relevantes e necessários aos servidores, contribuindo para melhoria dos serviços ofertados à sociedade.

Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais

Instituído em novembro de 2018, o Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais foi criado para as funções de gerir os cadastros coordenados pelo CNJ, mantê-los atualizados e aperfeiçoá-los, visando subsidiar a elaboração e o monitoramento de políticas judiciárias.

Entre 28 de janeiro e 28 de fevereiro de 2019, o CGCN levou a cabo consulta pública para colher sugestões de melhorias para o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique em inelegibilidade (CNCIAI) - Público; o Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas (SNCI) – Restrito; o Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) – Público; o Sistema Justiça Aberta (Extrajudicial) - Público; o Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC) – Restrito; o Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS) – Restrito; o Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais (CNIEP) /Geopresídios – Público; e o Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR) – Público.

O CGCN também desenvolve a criação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNAA), o qual substituirá o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e o Cadastro Nacional de Adoção e Acolhimento (CNAA).

Além disso, no dia 27 de junho de 2019, o CNJ, o TSE e TRE-PR firmaram termo de cooperação técnica destinado à conjugação de esforços para o aperfeiçoamento, manutenção e integração entre o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique em Inelegibilidade (CNCIAI), o Cadastro Nacional de Eleitores e Sistema de Informações de Direitos Políticos (INFODIP).

Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030

Dentre suas atribuições, estão (i) elaborar relatório preliminar que identifique as bases de dados e as informações existentes para o acompanhamento das metas e dos indicadores dos ODS, Agenda 2030, que estejam relacionados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário; (ii) indexar as pesquisas acadêmicas e judiciárias de acordo com as metas e indicadores dos ODS, Agenda 2030, que estejam relacionados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário; (iii) propor ao Comitê Gestor das Tabelas Processuais Unificadas alterações nas tabelas, de forma a permitir o cálculo dos indicadores dos ODS, Agenda 2030, que estejam relacionados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário; (iv) realizar estudo a fim de verificar a viabilidade de premiação aos Tribunais que incorporarem em seu planejamento os ODS, Agenda 2030; (v) apresentar proposta de mecanismos que ampliem a transparência de dados do Poder Judiciário, facilitando consulta e pesquisa por usuários.

O primeiro relatório de atividades do Comitê foi apresentado na data de 7 de maio de 2019.

Eventos realizados:

- 25 e 26/2/2019: Seminário Políticas Judiciárias e Segurança Pública.
- 18 e 19/3: III Jornada da Saúde.
- 26/3/2019: Seminário Internacional “Transparência e Combate à Corrupção”.
- 28/3/2019: 1º Seminário sobre a Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.
- 1 a 3/4/2019: Encontro Nacional “Juízes e as Mídias Sociais”.
- 15/5/2019: 2º Encontro Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica.
- 15 a 17/5/2019: Seminário “A Mulher Juíza” – Desafios na carreira e atuação pela igualdade de gênero”.
- 3/6/2019: Seminário tribunal do júri: Gestão Processual Otimização Julgamentos e Efetividade Judicial.
- 5/6/2019: III Encontro da Rede Nacional de Cooperação Judiciária.
- 17 e 18/6/2019: 1º Seminário sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa.

Termos de Cooperação firmados em 2019.

2019/001	STF - CNJ - TSE - STJ - CJF - TST - STM	Conjugação de esforços entre os partícipes para a racionalização dos procedimentos licitatórios na aquisição de bens e na contratação de serviços, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, visando à economicidade e à eficiência das contratações, observadas as condições constantes deste ajuste e do Plano de Trabalho.
2019/003	CNJ - INSTITUTO ARTICULE	Desenvolvimento de cooperação técnico-científica entre o CNJ e o ARTICULE para o intercâmbio de informações voltadas ao aprimoramento das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs), implementadas pela Resolução CNJ nº 46/2007, no tocante aos assuntos relativos ao direito fundamental à educação.
2019/004	CNJ - Instituto Prêmio Innovare	(a) Participação do CNJ no Conselho Superior do Instituto Innovare; (b) o desenvolvimento de ações de disseminação, divulgação e difusão das práticas constantes nos bancos de dados do Instituto Prêmio Innovare e do CNJ, que estejam contribuindo para a consecução das metas de modernização, qualidade, celeridade, eficiência e acessibilidade à Justiça; e (c) o desenvolvimento de ações conjuntas que visem a implementação de metodologias, projetos e políticas identificadas por quaisquer das partes no exercício de suas atividades e que sejam consideradas por ambas úteis ao aprimoramento da atividade judicial no país.
2019/005	CNJ - CONDEGE - ANADEP	Desenvolvimento de ações voltadas à garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade e à redução da superlotação e superpopulação prisional.
2019/006	STF - CNJ - STJ - CJF - TST - TSE - STM - CSJT	Envio entre os partícipes, de informações processuais na forma digital (Sistema Malote Digital).

2019/007	CNJ - TJMG	Disseminação, em todo o território nacional, de modelos humanizados de gestão prisional, a exemplo da metodologia APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, executada no Estado de Minas Gerais e sob fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
2019/008	CNJ - CONDEGE	Possibilitar ao CONDEGE e às Defensorias Públicas brasileiras, mediante termo de adesão, a solicitação de pareceres técnico-científicos sobre medicamentos, procedimentos, tratamentos médicos e produtos, elaborados na forma disposta no TCT n. 021/2016, celebrado entre o CNJ e o Ministério da Saúde, que constarão do sistema de dados E-NatJus, criado e mantido pelo CNJ, nos termos do art. 2º da Resolução CNJ n. 238, de 6 de setembro de 2016, a fim de racionalizar e qualificar a judicialização da saúde pelo Ministério Público brasileiro.
2019/009	CNJ - DPU	Possibilitar a DPU, mediante Termo de Adesão, a solicitação de pareceres técnico-científicos sobre medicamentos, procedimentos, tratamentos médicos e produtos, elaborados na forma disposta no Termo de Cooperação Técnica n. 021/2016, celebrado entre o CNJ e o Ministério da Saúde em 23 de agosto de 2016, que constarão do sistema de dados E-NatJus, criado e mantido pelo CNJ, nos termos do art. 2º da Resolução CNJ n. 238, de 6 de setembro de 2016, a fim de racionalizar e qualificar a judicialização da saúde pela Defensoria Pública da União.
2019/010	CNJ - DPU	Desenvolvimento de ações voltadas à garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade e à redução da superlotação e superpopulação prisional.
2019/011	CNJ-ANOREG-CNB/CF-ARPEN	Realização de eventos culturais e jurídicos relativos ao Encontro Internacional da Convenção da Apostila da Haia e outros eventos culturais e jurídicos de mútuo interesse.
2019/012	CNJ-ANOREG-CNB/CF-ARPEN	Desenvolvimento de sistema de apostilamento, a ser desenvolvido pela ANOREG-BR, o CNB-CF e a ARPEN-BR e hospedado, gerido e mantido pelo CNJ.
2019/014	CNJ - TJMA	Firmar parceria entre os partícipes quanto à execução de demandas de desenvolvimento de módulos, aplicativos ou serviços para a plataforma do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), de interesse comum, em regime de fábrica de software.
2019/015	CNJ - SERASA EXPERIAN	Incentivar a utilização e aperfeiçoar o sistema de atendimento ao Poder Judiciário (SERASAJUD), bem como permitir aos Tribunais que vierem a ele aderir, mediante assinatura de Termo de Adesão, o envio de ordens judiciais e o acesso às respostas da SERASA, via “Internet”, por meio do Sistema SERASAJUD.
2019/016	CNJ/ SENACON	Incremento de métodos autocompositivos de resolução de controvérsias na seara consumerista, o que alcança a integração da plataforma “ consumidor.gov.br ” ao Processo Judicial Eletrônico – PJe.

2019/017	CNJ - HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA	Redução de riscos de degradação ambiental, providenciando o recolhimento dos cartuchos de toner e cartuchos de tinta vazios da marca HEWLETT PACKARD - HP, utilizados pelo CNJ, para posterior remessa ao respectivo centro de reciclagem, de acordo com a legislação ambiental vigente.
2019/018	CNJ/TCU/ ATRICON	Estabelecimento de cooperação para troca de informações e adoção de ações conjuntas com vistas ao alcance de solução para as grandes obras paralisadas por decisões judiciais e administrativas proferidas pelos Tribunais de Contas em âmbito nacional.
2019/019	CNJ - TCU	Promover a cooperação técnica entre os partícipes, com vistas ao aprimoramento de sua atuação na fiscalização do sistema prisional e do sistema socioeducativo, bem como dos programas, políticas, projetos e ações executados pelo Poder Público nessas áreas.
2019/020	CNJ - CN - STJ - CJF - CNJF - STM - CGJMU - TCU	Conjugação de esforços para o aperfeiçoamento e a manutenção do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI (Meta 19).

Grupos de trabalho

Foram constituídos diversos grupos de trabalho, cujas atividades encontram-se em andamento – alguns deles inclusive já com desdobramentos concretos.

- Grupo de trabalho destinado à elaboração de estudos e indicação de políticas sobre eficiência judicial e melhoria da segurança pública.
- Grupo de trabalho para diagnosticar, avaliar e propor ao CNJ políticas judiciárias e propostas de melhoria aos regimes de custas, taxas e despesas judiciais.
- Grupo de trabalho para contribuir com a modernização e efetividade da atuação do Poder Judiciário nos processos de recuperação judicial e de falência.
- Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e propostas voltadas a otimizar o julgamento das ações judiciais relacionadas a crimes dolosos contra a vida, pelo tribunal do júri.
- Grupo de trabalho destinado a avaliar os parâmetros para o uso adequado das redes sociais pelos magistrados.
- Grupo de Trabalho destinado à criação e à implementação do modelo de Formulário Nacional de Avaliação de Risco e Proteção à Vida – Frida para a prevenção e o enfrentamento de crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e apresentação de propostas ao procedimento das ações judiciais dos benefícios previdenciários por incapacidade.



Fóruns

Destaques de trabalhos desenvolvidos em fóruns do CNJ, no primeiro semestre de 2019:

FONINJ – Fórum Nacional da Infância e da Juventude

Após renovação da composição em novembro de 2018, realizou-se, em 2019, cinco reuniões de trabalho, das quais resultaram a aprovação do Regimento Interno e a definição do calendário das reuniões de 2019. Outros avanços foram (i) a criação e lançamento do questionário sobre a estrutura e funcionamento das coordenadorias de infância e juventude; (ii) a proposta de alteração da resolução CNJ n. 279/2019 para incluir a adoção de adolescentes no campo de proteção da norma; (iii) a definição de duas propostas de metas nacionais específicas para a infância e juventude; (iv) elaboração de minuta de Resolução tratando sobre o Depoimento Especial; (v) realização de Colóquio sobre o provimento 63/2017 da Corregedoria Nacional de Justiça, no dia 22 de maio; (vi) elaboração de parecer do FONINJ quanto ao provimento 63/2017, em especial quanto à constitucionalidade/legalidade do reconhecimento voluntário da parentalidade de pessoa socioafetiva relativamente aos menores de 18 anos, bem como sugestões de aperfeiçoamento do ato normativo quanto ao tema.

FONTET – Fórum Nacional para o Monitoramento e Solução das Demandas Atinentes à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de pessoas

Uma reunião de trabalho realizada, com definição do calendário de reuniões para o ano de 2019. Além disso, houve a definição das necessidades de revisão da resolução CNJ nº 212/2015 no que diz respeito aos Comitês Estaduais e de levantamento do universo de ações que tratam da exploração

do trabalho em condição análoga de escravo e ao tráfico de pessoas para possibilitar a construção/estruturação de adequada política para o enfrentamento. Também iniciou o planejamento de possível audiência pública para chamar a atenção do constante e grave problema do desaparecimento de pessoas em todo o país.

Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa

Realizada uma reunião de trabalho, em que foram discutidos, entre outros assuntos, o relacionamento entre o Judiciário e a imprensa, o impacto das fake news nas eleições e a violência contra os profissionais de comunicação foram alguns assuntos discutidos durante a reunião.

Capacitações

No primeiro semestre de 2019, foram oferecidos dez cursos pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Judiciário (CEAJUD), somando 10.493 pessoas capacitadas.

Por meio do portal de educação a distância do CNJ, foram oferecidas capacitações gratuitas à população nas seguintes áreas: Gestão Documental no Poder Judiciário; Conhecendo o Poder Judiciário e o Papel do CNJ; Novo Acordo Ortográfico; Metodologia de Análise e Solução de Problemas; Gestão da Qualidade; Gestão do Conhecimento, num total de 7.205 inscritos.

Houve também a Oficina de Pais e Mães on-line, destinada a auxiliar casais em situação de divórcio, sobretudo quando há filhos envolvidos. Essa oficina contou com 1.204 participantes.

O CEAJUD desenvolveu também cursos para magistrados e servidores do Poder Judiciário, a saber:

- Admissibilidade Recursal, nas modalidades presencial e EAD com tutoria. Já conta com 501 pessoas capacitadas nos seguintes tribunais: TRF3, TJSP, TRF1, TJRJ e TRF2.
- Comunicação Social, Judiciário, Gênero e Diversidade (EAD autoinstrucional) – em desenvolvimento;
- Direito Previdenciário (EAD) – em desenvolvimento;
- Eixos Prêmio CNJ de Qualidade (EAD autoinstrucional) – em desenvolvimento;
- Formação em Depoimento Especial, com o uso do protocolo brasileiro de entrevista forense – em desenvolvimento;
- Improbidade Administrativa (EAD com tutoria) – 105 pessoas capacitadas;
- Pacto nacional pela Primeira Infância – em desenvolvimento;
- Mediação Judicial (EAD com tutoria) – em desenvolvimento;
- Nivelamento dos Servidores do Poder Judiciário (EAD autoinstrucional) – 8.544 inscritos;
- Perícia Médica (EAD com tutoria) – em desenvolvimento;
- Saúde Mental dos Servidores (EAD autoinstrucional) – em desenvolvimento;
- Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNAA) - EAD autoinstrucional) – a ser lançado.

Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)

Projeto de Replicação Nacional

Aprimoramento do Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) por meio da melhoria da qualidade e performance da base replicação nacional, que consiste no recebimento de metadados de todos os processos judiciais em trâmite, com detalhamentos que permitirão a produção de diagnósticos completos sobre o tipo de demanda, tempo, fluxo, identificação de gargalos, acesso à Justiça, entre outros. Além disso, o projeto tem por intuito promover a racionalização de sistemas e cadastros existentes, otimizando a força de trabalho dos tribunais e do CNJ. O trabalho, já em andamento, permitirá um salto na possibilidade analítica e dos diagnósticos sobre a Justiça, além de dar maior transparência aos dados do Judiciário.

Novo Prêmio CNJ de Qualidade

Instituído pela Portaria CNJ n. 88/2019, o Prêmio CNJ de Qualidade tem o objetivo central de avaliar os tribunais segundo a ótica da governança, produtividade e informação e transparência. Esse Prêmio compreenderá as seguintes categorias:

- a) Excelência;
- b) Melhor do Ano 2019, categoria Justiça Estadual;
- c) Melhor do Ano 2019, categoria Justiça Federal;
- d) Melhor do Ano 2019, categoria Justiça do Trabalho;
- e) Melhor do Ano 2019, categoria Justiça Eleitoral;
- f) Melhor do Ano 2019, categoria Justiça Militar dos Estados;
- g) Prêmio CNJ de Qualidade, categoria Diamante;
- h) Prêmio CNJ de Qualidade, categoria Ouro; e
- i) Prêmio CNJ de Qualidade, categoria Prata.

A condecoração será entregue aos tribunais durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário, em novembro de 2019.

4ª Edição da Série Justiça Pesquisa

Seleção de instituições de ensino/pesquisa para realização de pesquisas com temas de interesse do Poder Judiciário. Até o momento foram lançados dois editais de seleção, com três temas em cada.

1º edital: O processo de seleção das instituições proponentes para contratações já foi concluído. Três eixos temáticos: Cobertura criminal dos meios de comunicação e seus impactos na superlotação e superpopulação carcerária; Territórios de vulnerabilidade e exclusão social, acesso a políticas públicas e a relação com privação de liberdade; e Impactos da atuação do Poder Judiciário sobre a política pública previdenciária.

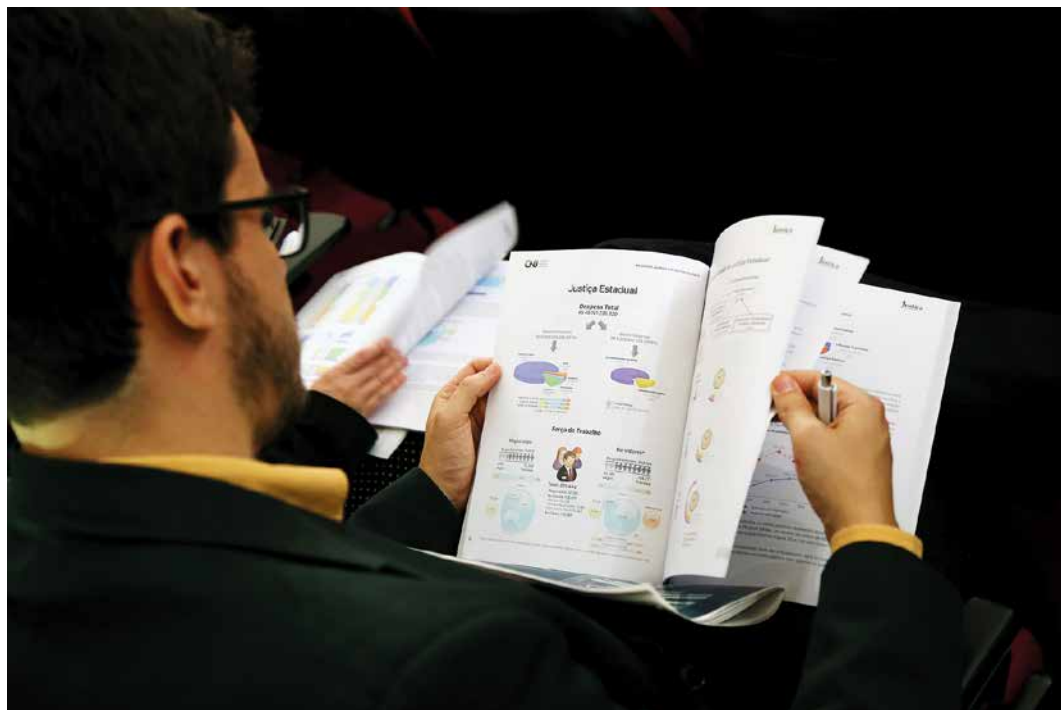
2º edital: O 2º edital está em fase de avaliação das propostas. Quatro eixos temáticos: Diagnóstico da situação do negro no Sistema de Justiça; Casos repetitivos, participação e mecanismos de gestão; Desjudicialização e cartórios extrajudiciais; e Ações possessórias e conflitos coletivos.

Ciclo de Produção de Pesquisas Internas pelo DPJ

São 16 pesquisas em andamento ou concluídas no 1º semestre de 2019. Seguem abaixo:

Pesquisas entregues:

- **Mês Nacional do Júri** - Relatório com os resultados alcançados no Mês Nacional do Júri 2018. A publicação foi feita em fevereiro de 2019 e os resultados foram discutidos no Seminário do Júri, em 3 de junho de 2019 (SP). Publicado em <http://bit.ly/mesnacionaljuri>
- **Diagnóstico das Ações Penais de Competência do Júri** - Relatório contendo diagnóstico das ações penais de competência do júri, com análise dos desfechos judiciais e avaliação do tempo de tramitação. Os resultados foram apresentados no Seminário do Júri, em 3 de junho de 2019 (SP). Publicado em <http://bit.ly/competenciadojuri>
- **Diagnóstico da Participação Feminina no Poder Judiciário** - Pesquisa encomendada pelo Grupo de Trabalho instituído na Resolução CNJ nº 255/2018 e apresentada durante o curso “A Mulher Juíza”, em 16 de maio. Publicado em <http://bit.ly/mulheresnojudiciario>
- **Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário: Resolução CNJ n.207/2015** - Pesquisa realizada anualmente por força da Resolução CNJ nº 207/2015. Os resultados foram apresentados durante o 1º Seminário Nacional sobre a Saúde dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, em 28 de março de 2019. Publicado em <http://bit.ly/saudenojudiciario>
- **Mapeamento dos Programas de Justiça Restaurativa** - Relatório com mapeamento das práticas de Justiça Restaurativa realizadas pelos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais. A pesquisa foi apresentada durante o 1º Seminário sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa, realizado dia 17 de junho de 2019. Publicado em <http://bit.ly/justicarestaurativa>
- **3º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário** - Relatório com informações dos Planos de Logística Sustentável dos tribunais e conselhos. A produção do Balanço Socioambiental está prevista na Resolução CNJ nº 201/2015. Foi publicado durante o VI Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário, organizado pelo STJ, que ocorreu nos dias 26 e 27 de junho de 2019. Publicado em <http://bit.ly/socioambientaldojudiciario>
- **Relatórios sobre as 13ª, 14ª e 15ª Semanas da Justiça pela Paz em Casa** - Dados estatísticos sobre realização de força-tarefa sobre processos de violência doméstica e familiar contra a mulher nos Tribunais de Justiça dos Estados. Tal esforço é regulamentado pela Resolução CNJ n. 254/2018. O relatório da 13ª semana já foi publicado. Os demais relatórios aguardam realização dos programas (agosto e novembro). Relatório disponível em <http://bit.ly/pelapazemcasa>
- **Aplicativo CNJ em Números** – Informações que estão no Relatório acima para acesso no celular nos sistemas Android e Apple. Lançamento de nova versão no aplicativo CNJ em Números feito em 14 de junho de 2019, contendo novas formas de visualização.



Pesquisas em Andamento

- **Relatório Justiça em Números 2019** - Anuário com dados estatísticos sobre o todo o Poder Judiciário com informações sobre estrutura judiciária, despesas e receitas; recursos humanos; e movimentação processual. Os indicadores e as variáveis calculados são fundamentados na Resolução CNJ n. 76/2009, que, em seus anexos, traz o detalhamento de glossários e fórmulas que norteiam o Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ). É a principal fonte de dados oficial sobre o Poder Judiciário.
- **Pesquisa sobre Grandes Obras** - Dados sobre processos que envolvam grandes obras suspensas ou paralisadas por força de decisão judicial. Foi apresentado um primeiro diagnóstico durante a 1ª Reunião preparatória para o Encontro Nacional. Os tribunais foram chamados a complementar as informações. O relatório do diagnóstico está sendo elaborado, com previsão de término em agosto de 2019.
- **Uso de Mídias Sociais pelos Magistrados** - Pesquisa com o intuito de compreender quais são as redes sociais mais utilizadas pelos magistrados e como eles se relacionam nas redes. O questionário foi enviado a todos os magistrados brasileiros por meio de formulário eletrônico. Houve adesão de 3.500 juízes, aproximadamente 20% da magistratura.
- **Estrutura das Coordenadorias de Infância e Juventude** - Pesquisa encomendada pelo FONINJ (Fórum Nacional de Infância e Juventude), no sentido de identificar as estruturas existentes nas coordenadorias e nas varas de infância e juventude.
- **Pesquisa sobre Custas Judiciais** - Pesquisa encomendada pelo Grupo de Trabalho de Custas, com objetivo de atualizar estudo realizado pelo DPJ em 2010, em que se verificou as taxas cobradas pelos tribunais.

- **Relatório CNJ em Números 2019** – Publicação anual com dados sobre o CNJ com estatísticas processuais e informações sobre recursos humanos e despesas do Conselho, seguindo a lógica analítica semelhante à adotada no Relatório Justiça em Números.
- **Avaliação dos índices de retorno ao sistema prisional/medidas de internação (“reincidência”)** – Estão sendo apurados dados do Cadastro Nacional de Adolescentes em conflito com a Lei e do Banco Nacional de Mandados de Prisão com o intuito de verificar os índices de retorno ou ingresso no sistema prisional, após cumprimento de medidas socioeducativas.
- **Relatório Anual do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher** – Os dados atualizados constam no Painel com os dados da violência doméstica. Além disso, será elaborado relatório para auxílio na divulgação das informações já disponibilizadas. Disponível em <http://bit.ly/violenciadomesticaefamiliar>

Diagnóstico sobre Primeira Infância

Diagnóstico sobre a situação de atendimento jurisdicional na primeira infância no Poder Judiciário em cinco eixos temáticos:

- Eixo 1 – Mulheres e adolescentes grávidas e lactantes presas ou em regime de internação;
- Eixo 2 – Proteção da criança na dissolução da sociedade conjugal;
- Eixo 3 – Destituição de poder familiar, adoção e tráfico de crianças;
- Eixo 4 – Famílias acolhedoras e abrigos de permanência;
- Eixo 5 – Improbidade administrativa de gestores de políticas públicas para a infância e juventude.

Previsão de término em maio de 2020.

Ciclo de Divulgação em seminários dos resultados das pesquisas contratadas

São 6 pesquisas:

- **Judicialização da Saúde (INSPER)** - O principal objetivo desta pesquisa foi o de contribuir para a compreensão da judicialização da saúde por meio de uma análise de representatividade nacional, com classificação que identifique tipos de demandas e características das decisões judiciais. Esse diagnóstico oferece elementos que podem orientar políticas judiciais para o aprimoramento da solução de conflitos na área. Publicada na III Jornada da Saúde, em 18 de março de 2019, SP e disponível em <http://bit.ly/ajudicializaodaude>
- **Justiça Criminal, Impunidade e Prescrição (ABJ)** - Os objetivos da presente pesquisa são construir um panorama da persecução penal à corrupção no Brasil; analisar empiricamente o fenômeno da corrupção à luz da interpretação sociocultural; analisar empiricamente o fenômeno da corrupção à luz da interpretação neoinstitucional; e evidenciar como os achados empíricos desta pesquisa podem contribuir para a formulação de políticas públicas de combate e prevenção da corrupção. Publicado durante o Seminário sobre Políticas Judiciárias e Segurança Pública, realizado em 25 de fevereiro de 2019, no STJ e disponível em <http://bit.ly/justicacriminal>
- **Mediação e Conciliação: Obstáculos e Incentivos na Justiça Cível (USP)** - A presente pesquisa foi desenvolvida com o objetivo geral de “investigar o fluxo e a forma de gestão dos processos

da Justiça Estadual de primeiro grau, com relação à existência de mediação e/ou conciliação.” Publicado no Seminário Caminhos para o Consenso, realizado no dia 31 de maio de 2019, na Escola de Magistratura do TRF da 3ª Região/SP e disponível em <http://bit.ly/mediacaoconciliacaojustica>

- **O Poder Judiciário e os Direitos de Crianças no Brasil (Unifor)** – Essa pesquisa tem por objetivo investigar a oitiva de crianças no Poder Judiciário considerando a implementação da Recomendação n. 33/2010 do CNJ e da Lei n. 13.431/2017. Publicado no Seminário Nacional organizado pela Childhood e realizado no auditório da Procuradoria Geral da República no dia 28 de maio de 2019 e disponível em <http://bit.ly/direitosdecrianças>
- **Modelos alternativos de gestão de processos e celeridade processual: a política de especialização de competências, a unificação de serventias e a melhoria da prestação jurisdicional no Brasil (ABJ)** - A pesquisa tem por objetivo comparar, quantitativamente, as diferenças entre os processos que tramitam nas varas exclusivas x cumulativas, bem como mensurar a eficácia dos cartórios unificados (em andamento).
- **O Poder Judiciário no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres (IPEA)** - Na pesquisa realizada pelo IPEA foram feitas entrevistas com as mulheres vítimas de violência e com os atores do sistema de justiça, com o objetivo de compreender a rede de proteção e o atendimento prestado às vítimas. O relatório foi concluído e será divulgado durante a Jornada Maria da Penha (08 de Agosto de 2019).

Revista CNJ, v. 3 - Poder Judiciário: eficiência, transparência e responsabilidade

Hospedagem da Revista CNJ no SEER; utilização das regras da CAPES para obtenção de qualis. Editoração e Publicação da Revista CNJ. Publicação em 28 de junho.

Revista CNJ, v.4 - Chamada Pública com premiação: “Medidas de Acesso à Justiça e Desempenho Judicial”

Criação de concurso de artigos, com incentivo ao uso dos bancos de dados do Conselho Nacional de Justiça, por meio de premiação.

Atualização das Tabelas Processuais Unificadas, revisão da parametrização e criação da tabela de documentos

Apoio técnico ao comitê gestor das tabelas processuais unificadas e da numeração única no sentido de atualizar as taxonomias e criar a tabela de documentos.

Criação da Biblioteca Digital do CNJ

Realizar levantamento, tratamento e organização das informações produzidas no CNJ e inclusão em software para disponibilização e acesso. Realizar levantamento de conteúdo jurídico e de áreas do conhecimento relativas à atuação do CNJ, que sejam gratuitos e de qualidade.

III Workshop de Estatística do Poder Judiciário

Reunir as unidades responsáveis por produzir estatísticas do Poder Judiciário para tratar de temas relevantes e promover espaço para discussões e apresentação de soluções e inovações no setor. O evento será realizado nos dias 1º e 2 de agosto de 2019.

Painel Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

A coleta dos dados da política de priorização passou a ser realizada a partir de 2019 pelo sistema Justiça em Números. Foi desenvolvido painel para monitoramento da política com o apoio do DTI.

Acompanhamento dos trabalhos da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro

O Conselho Nacional de Justiça coordena a Ação 12/2019, que consiste em integrar os notários e os registradores no combate ao crime de lavagem de dinheiro. A ação está sendo desenvolvida pela corregedoria e culminará na publicação de um provimento regulamentando as atividades dos profissionais. Acompanhamento das ações ENCCLA/ 2018.

Diretoria de Gestão Estratégica (DGE)

Gestão de Projetos Institucionais

Elaboração do Plano de Comunicação de Gestão de Projetos Institucionais do CNJ, com as ações para divulgar a metodologia de gerenciamento de projetos institucionais do CNJ, e desenvolvimento de sistema ou ferramenta eletrônica para acompanhamento dos projetos institucionais.

Gestão Socioambiental

Monitoramento do Plano de Logística Sustentável do CNJ, com acompanhamento juntos às unidades do CNJ dos indicadores, metas e iniciativas constantes no PLS/CNJ. O relatório referente aos resultados do primeiro trimestre de 2019 foi publicado em maio.

Revisão do Plano de Logística Sustentável do CNJ, com apresentação de inconsistências e sugestões de melhorias das unidades à Comissão Gestora do PLS/CNJ. O novo PLS/CNJ está previsto publicação em agosto.

Elaboração e publicação da Cartilha Sustentável, para reflexão e conscientização do leitor, por meio de dicas e informações quanto ao consumo de recursos de forma consciente.

Tratativas para elaboração de Guia de Contratações sustentáveis do CNJ, por meio de grupo de trabalho para criar documento composto por critérios de sustentabilidade a serem considerados nos projetos básicos e executivos, nos termos de referências e nos editais produzidos pelo CNJ

Realização da Semana do Meio Ambiente, com oficina de flores de papel e a exposição de produtos sustentáveis. A semana ocorreu entre os dias 3 a 7 de junho.

Monitoramento da Estratégia Nacional 2015-2020

Elaboração do Relatório de Metas Nacionais 2018, publicado em abril de 2019, com o resultado do cumprimento das metas nacionais, demonstrando o desempenho dos segmentos de justiça e dos tribunais brasileiros

Elaboração do Relatório de Acompanhamento da Execução das Metas Nacionais 2018, publicado em abril de 2019, com a percepção dos tribunais brasileiros a respeito da complexidade e dos fatores que influenciaram a execução das Metas Nacionais, neste caso, no ano de 2018.

Execução da Estratégia Nacional 2015-2020

Elaboração do Glossário de Metas Nacionais 2019, que estabelece as instruções e critérios para aferição das metas. Os Glossários das Metas Nacionais 2019 foram publicados no dia 29 de março de 2019.

Parametrização do Sistema de Metas 2019, para que possa receber as informações mensais dos tribunais brasileiros e seja possível iniciar a análise do desempenho nas Metas no ano. O Sistema de Metas Nacionais 2019 foi aberto no dia 21 de maio de 2019.

Critérios das Metas Nacionais em inciso do Prêmio CNJ de Qualidade, com elaboração dos critérios para compor os termos da Portaria CNJ nº 88/2019 Art. 7º - V, que versa sobre os índices de cumprimento nas Metas Nacionais.

Elaboração e envio do Caderno de Orientações para a Formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2020, que apresenta o processo de formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2020 e delinear os trabalhos que deverão ser desenvolvidos em cada etapa desse processo.

Realização da 1ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, no dia 29 de maio de 2019.

Revisão da Estratégia Nacional 2015-2020

Definição das etapas do processo de revisão da Estratégia Nacional para 2021-2026

Realização de Diagnóstico da atual Estratégia Nacional, com questionário disponibilizado, entre 6 e 24/5/2019, aos tribunais e conselhos para subsidiar o processo de revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Realização da 1ª e da 2ª Reunião do Comitê Gestor Nacional da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, em 30/5/2019 e 25/6/2019, para diálogo sobre a Revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020, apresentação de diagnósticos e definição de cronograma e principais etapas.

Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário

Elaboração de Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário, para concentrar em um único sistema as boas práticas do Poder Judiciário, com vistas à disseminação de conhecimento em busca da melhoria na prestação jurisdicional. O lançamento do Portal está previsto para agosto de 2019.

Monitoramento do planejamento estratégico do CNJ 2015-2020

Realização de duas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), em fevereiro e outra em junho de 2019, para avaliar e discutir os resultados da estratégia do CNJ.

Elaborado bimestralmente, foram entregues dois Relatórios de Acompanhamento da Estratégia, que visam informar à alta administração do CNJ, aos servidores, e à sociedade acerca dos resultados do monitoramento da execução da estratégia institucional.

Também foram definidas etapas do processo de revisão do Planejamento Estratégico do CNJ para 2021-2026.

Revisão do Sistema de atos Normativos

Revisar o Sistema de Atos Normativos, com finalidade de melhorar a confiabilidade e facilitar a consulta aos atos normativos do CNJ. Foram revisados os seguintes atos: Resoluções; Resoluções Conjuntas; Orientações; Enunciados Administrativos; Recomendações; Portarias do Presidente.

Elaboração do Ranking da Transparência 2019

Unidade coordenadora do ranking da transparência, o DGE aprovou itens para compor o Ranking da Transparência 2019, elaboradas em conjunto com as unidades responsáveis por analisar às respostas aos itens (informadas pelos tribunais e conselhos), que analisaram os itens de 2018 e propuseram algumas melhorias.

Atualização do Manual de Organização

O manual orienta a todos quanto às atividades que devem ser realizadas para o cumprimento da missão do CNJ. As unidades do CNJ foram consultadas e informaram sobre a atualização/criação de competências. Em maio de 2019, foi publicada a nona edição do manual.

Mapeamento e revisão dos processos de trabalho das unidades do CNJ

Consiste no levantamento dos processos de trabalho das unidades do CNJ a fim de propor melhorias no fluxo das atividades. Em seis primeiros meses de 2019, foram mapeadas as novas unidades criadas no CN, como a SEP.



Enfrentamento de gargalos da execução penal

Programa Justiça Presente, parceria do CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), multiplica forças para atuar no sistema carcerário

Em novembro de 2018, o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF), e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) firmaram um acordo de cooperação técnica inédito para abordar a questão penal no país de forma inovadora. Com o apoio de recursos repassados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, iniciou-se o desenho de um programa ambicioso para enfrentar todos os gargalos da execução penal de forma simultânea, unindo atores e multiplicando forças para enfrentar as reais causas que levaram ao estado de coisas inconstitucional em nossos presídios apontado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2015.

O resultado desse esforço interinstitucional inédito é o programa Justiça Presente, que iniciou suas atividades em janeiro de 2019 com duas ideias centrais: 1) desenvolver ações em rede fomentadas pelo Judiciário em escala nacional e 2) dividir conhecimento com aqueles que atuam na ponta para resultados duradouros. Outra preocupação transversal do programa é incidir em nova narrativa sobre a privação de liberdade, expondo dinâmicas prejudiciais ao interesse social e propondo soluções possíveis com base em evidências e tomando por base princípios constitucionais e boas práticas recomendadas pela comunidade internacional.

Entre os principais diferenciais do programa, estão a preocupação com todo o ciclo penal com soluções focadas em resultados e na otimização de recursos, a consolidação de experiências anteriores exitosas do CNJ, como os mutirões carcerários e as audiências de custódia, e o desenho de intervenções customizadas à realidade de cada estado, construídas em estreita colaboração com os atores locais para garantir a efetividade e sustentabilidade das soluções.

Além disso, o protagonismo do Judiciário é incentivado na mesma proporção da construção de redes envolvendo os demais atores da execução penal, como Executivo, sistema de Justiça e sociedade civil. Esse protagonismo é especialmente incentivado na figura dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (GMFs), regulamentados pela Resolução CNJ n. 96/2009 e pela Resolução CNJ n. 214/2015. Os GMFs são órgãos internos dos 27 tribunais de justiça do país e dos 5 tribunais regionais federais liderados por magistrados, e são responsáveis pela implementação em escala local das políticas judiciárias penais desenvolvidas pelo CNJ.

Organização

Durante os primeiros seis meses de atividade, o Justiça Presente passou pelo ciclo de planejamento, estruturação e apresentação de planos executivos em cada unidade da federação com a mobilização de atores fundamentais para o sucesso das iniciativas em campo. Os planos foram adaptados às realidades locais para resultados de excelência no contexto do programa.

Para melhor organizar as atividades, o programa foi estruturado em quatro eixos principais. Cada eixo se desdobra em diversas ações e produtos, que serão desenvolvidos com o apoio de coordenadores e assessores especializados alocados nas 27 unidades da federação.

Eixo 1 – Superlotação e superpopulação: alternativas penais, monitoração eletrônica, audiências de custódia, mutirões carcerários, Central de Vagas, práticas restaurativas.

Eixo 2 – Sistema socioeducativo (a partir de julho).

Eixo 3 – Cidadania dentro e fora dos presídios: cidadania nas prisões, atenção às pessoas egressas, ações de inserção produtiva, governança e transparência das penas.

Eixo 4 – Soluções de tecnologia e sistemas: SEEU, biometria, documentação civil.

O programa foi dividido em três fases de implantação para melhor assimilação das atividades, com início em março (1) e julho de 2019 (2 e 3) respectivamente. As ações se prolongarão até o encerramento do programa, previsto para julho de 2021.

Na primeira fase, foram priorizados a informatização dos processos de execução penal por meio do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), a identificação biométrica, a emissão de documentos para pessoas privadas de liberdade, a atenção às pessoas egressas por meio do Escritório Social, as iniciativas para inserção no mercado de trabalho e o fortalecimento das audiências de custódia, das políticas de alternativas penais e da monitoração eletrônica.

A segunda fase ativará mutirões carcerários em processos informatizados, Centrais de Vagas para aperfeiçoar o controle da legalidade das penas e medidas, práticas restaurativas e a melhoria e o aperfeiçoamento dos serviços e dos mecanismos de controle das políticas oferecidas às pessoas presas. Por fim, a terceira fase investirá em ações de atenção ao sistema socioeducativo.

Primeiras ações

Superlotação e superpopulação

Problemas identificados

- Necessidade de diagnóstico sobre execução local das políticas de alternativas penais e de monitoração eletrônica.
- Necessidade de implantar Centrais de Alternativas Penais onde não existem ou de facilitar para que atuem de acordo com modelo de gestão Depen/Pnud.
- Necessidade de fomentar estruturas com equipes multidisciplinares.
- Necessidade de potencializar a execução dos convênios federais celebrados.
- Audiências de custódia implantação desigual no país, baixa aplicação de medidas cautelares (alternativas penais e monitoração eletrônica) e impacto direto no aumento de presos provisórios.
- Alinhamento insuficiente entre Judiciário e Executivo para execução de políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica.

Respostas do Justiça Presente

Monitoração eletrônica

Atualização sobre o estado da arte da política de monitoração eletrônica no Brasil: visita em campo, levantamento de convênios, gargalos na execução relativos ao alinhamento com o Judiciário (prazos, respostas para incidentes, fluxos etc.).

Elaboração de diagnóstico sobre cada Unidade da Federação em andamento.

Edital de pesquisa sobre monitoração eletrônica lançado.

Minuta de resolução CNJ em preparação (parametrização nacional).

Alternativas penais

Atualização sobre o estado da arte da execução da política de alternativas penais no Brasil em andamento: visita em campo, levantamento de convênios, relação com Judiciário, campo de atuação (JECRIM, Varas Criminais, Audiência de Custódia).

Planejamento para capacitações técnicas conforme Modelo de Gestão Depen/Pnud.

Audiências de custódia

Levantamento junto aos GMF sobre o estado da arte das audiências de custódia no Brasil / aplicação de Medidas Cautelares + visita em campo.

Acordo com Unodc para qualificação e fortalecimento das audiências de custódia em escala nacional.

Contratação de 27 consultores em Audiência de Custódia e equipe nacional.

Diálogo com especialistas para parametrizações visando ampliar a aplicação de Medidas Cautelares e estruturar redes de proteção / Capacitações equipes e altos estudos com juízes.

Facilitação de canal institucional de fluxos das audiências de custódia com Centrais e com Judiciário.

Justiça Restaurativa

Proposta de Justiça Restaurativa para 10 Unidades da Federação em elaboração.

Articulação com Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do CNJ para implantação do programa.

Biometria e documentação civil

Problemas identificados

- Práticas diversas sobre biometria informações não confiáveis.
- Falta de banco de dados nacional e centralizado com cadastros de biometria.
- Documentação: falta de padronização no levantamento.
- Biometria não é usada de forma a garantir mais confiabilidade para emissão de documentos.
- Falta de estrutura nacional articulada permanentemente para emissão e entrega de documentos.
- Falhas nas entregas de documentos emitidos.
- Apenas alguns tipos de documentos emitidos.

Respostas do Justiça Presente

Biometria

Levantamento sobre o estado da arte da biometria no Brasil, incluindo locais que precisam ser atendidos e informações para subsidiar diagnóstico de prazos e custos (visitas técnicas).

Construção de fluxos e protocolo de trabalho para equipes de coleta de identificação biométrica .

Divisão em duas frentes de ação: compra e gestão da informação.

Relatório Executivo DF elaborado.

Compra

Publicação de manifestação de interesse pelo Pnud.

Levantamento de informações em experiências internacionais sobre coleta biométrica pelo Pnud (Copenhague e Panamá).

Dois termos de referência em preparação – compra e *outsourcing*.

Gestão da informação

TSE – Negociação para oferecer subsídio para coleta de informação na ponta, com infraestrutura para armazenamento e gestão de dados de forma centralizada em Brasília.

Amarrações entre fluxos de biometria para garantir a fidedignidade e refinamento de dados para emissão de documentos.

Documentação

Resolução sobre emissão de documentação para PPL em preparação.

Levantamento sobre a situação da documentação das PPL junto aos GMFs.

Desenho de metodologia e fluxos para emissão de documentos, incluindo biometria como parte do processo.

Alinhamento com Arpen.

Sistemas informatizados e Sistema Eletrônico de Execução Unificada¹

Problemas identificados

- Imprecisão de dados sobre processos de execução penal no Brasil.
- Ao menos sete sistemas diferentes em operação no Judiciário (E-SAJ, Tucujuris, PJD, VEP Virtual, SCP-PRD, SCP-V, e-Proc).
- Ao menos 362 mil processos físicos em tramitação (SP não divulgado): estimativa ao menos 650 mil no total.
- SEEU: respostas emergenciais em termos de desenvolvimento, sem mapeamento e sistematização de demandas.
- Preocupação com governança: pelo menos 10 novas demandas por dia em diferentes meios.
- Preocupação com infraestrutura.
- Preocupação com pós-operacional.

Respostas do Justiça Presente

Ações gerais
Organização da gestão do sistema.
Estruturação da equipe e contratações.
Implantação
Desenvolvida metodologia específica de implantação.
12 estados com 677 mil processos implantados.
Equipes móveis de implantação com até 15 pessoas + até 100 pessoas mobilizadas por tribunal.
Desenvolvimento e infraestrutura
Demandas mapeadas e sistematizadas – 150 em aberto.
Melhoria do SEEU – aperfeiçoamento e novas funcionalidades.
Ações de interoperabilidade em andamento (ex.: SISDEPEN, BNMP).
Melhoria em infraestrutura – parque tecnológico do CNJ dobrado.
Gestão e governança
Fluxos e rotinas da governança e gestão do SEEU
Aprovação de nova Resolução sobre o SEEU (Resolução CNJ n. 280/2019)

1 Adotado como política nacional pelo CNJ em 2016 (Resolução CNJ n. 223/2016), o SEEU centraliza e unifica os processos de execução penal em todo o país. O sistema é obrigatório em todas as unidades da federação até o final do ano (Resolução CNJ n. 280/2019), e com o auxílio do programa Justiça Presente, é utilizado ou está em fase de implementação em 18 estados e possui mais de 750 mil processos em tramitação.

Políticas de cidadania e garantia de direitos

Problemas identificados

- Diagnóstico preliminar das ações de atenção às pessoas egressas realizado no âmbito de consultoria do PRODOC BRA14/011, parceria do Pnud com o Depen.
- Necessidade de implantar equipamentos de atenção às pessoas egressas onde não existem ou de facilitar para que atuem de acordo com a proposta de política nacional elaborada pelo Depen/Pnud.
- Necessidade de aprimoramento do modelo de gestão do Escritório Social², adequando-o à proposta de política nacional de atenção às pessoas egressas elaborada pelo Depen/Pnud.
- Necessidade de diagnóstico sobre execução local das políticas de cidadania e garantia de direitos e necessidade de potencializar a execução dos convênios federais celebrados.
- Alinhamento insuficiente entre Judiciário e Executivo para execução de políticas de cidadania para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.
- Baixa regulação para execução das políticas e para seu monitoramento e fiscalização pelo Poder Judiciário.
- Necessidade de potencializar a atuação da sociedade civil nas políticas de cidadania, mediante um modelo de governança que favoreça a participação e o controle social.

Respostas do Justiça Presente

Atenção às pessoas egressas

Atualização sobre o estado da arte das iniciativas de atenção às pessoas egressas no Brasil: visita em campo, levantamento de experiências e normativos, gargalos na execução relativos ao alinhamento com o Judiciário (prazos, respostas para incidentes, fluxos etc.).

Elaboração de modelagem do Escritório Social como equipamento de atenção às pessoas egressas adequado ao modelo proposto na política nacional formulada pelo Pnud-Depen, estabelecendo quatro modulações distintas e uma modulação virtual (parceria FAP-DF) adaptáveis à realidade de cada Unidade da Federação. Minuta de resolução CNJ em preparação (normatização do Escritório Social).

Contratação de consultorias para sistematização, publicação e capacitação de atores relevantes nas metodologias do Escritório Social (mobilização de pré-egressos e singularização do atendimento), em andamento

Preparação de material sobre a metodologia de singularização da pena (parceria Depen – UFMG) para capacitação de atores relevantes das políticas penais.

Inclusão produtiva

Identificação de normativos estaduais e municipais de fomento ao trabalho.

Em preparação: modelo de referência para plano estadual de trabalho, contemplando proposta de normativas para cessão de espaços em unidades prisionais, modelos de PLs para isenção fiscal e para cotas de egressos, arranjos institucionais para mobilização da iniciativa privada e do Poder Público, modelos de contratos para regimes fechado e semiaberto.

Articulação para replicação do projeto de empreendedorismo do Instituto Humanitas 360.

Pactuação de Acordo de Cooperação Técnica com Federações das Indústrias (em andamento).

² O Escritório Social foi lançado em 2016 pelo CNJ, sendo que a primeira adesão ocorreu no Espírito Santo. A proposta é reunir em um só local órgãos e instituições, públicas e privadas, em condições de facilitar e viabilizar o egresso do sistema carcerário a superar os entraves e as dificuldades encontradas no primeiro momento de contato com a liberdade e impedir a reincidência criminal.

Próximos passos

A tragédia prisional brasileira já não comporta soluções paliativas ou alheias a evidências, assim como propostas que se afastem dos princípios constitucionais e das boas práticas recomendadas pela comunidade internacional. Por essa razão, o programa Justiça Presente tem pressa em mostrar resultados já no curto e médio prazos, planejando e estruturando suas ações ao mesmo tempo que as implementa.

A expectativa de resultados visíveis em 2020 ativa um complexo arranjo de atividades em diferentes níveis – nos envolvemos tanto no planejamento nacional coordenado pelo CNJ quanto nas intervenções adaptadas aos cenários locais, passando pelo engajamento em rede de atores ligados à temática penal para garantir a sustentabilidade das ações na ponta. Até o momento, mais de 900 atores foram mobilizados em todo o país e mais de 224 matérias foram publicadas sobre o programa.

Após seis meses de atividades, muito já foi feito mas há ainda mais a fazer. Neste momento, a equipe nacional faz ajustes finos para garantir a execução de itens da fase 1 enquanto inicia o planejamento e as atividades das fases 2 e 3. As missões de apresentação e pactuação, realizadas entre março e junho em 26 unidades da federação, agora dão lugar a um intenso calendário de eventos. Coordenadores e consultores estaduais do programa assumem seus postos e dão sequência aos planos executivos pensados para cada realidade local. Em resumo, passamos da fase de planejamento, estruturação e apresentação para uma nova etapa com foco em implementação e resultados.



Estratégia de tecnologia com inovação, transparência e eficiência

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação cria plano diretor para ampliar uso da inteligência artificial nos tribunais brasileiros

A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Poder Judiciário (ENTIC-JUD), Resolução n. 211/2015, prevê objetivos estratégicos a serem alcançados no sexênio 2015/2020, considerando o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2015/2020.

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituído pela Portaria CNJ N° 85/2016 para o período de 2016-2020, apresenta as diretrizes de governança e de gestão para o alcance dos objetivos e metas institucionais.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) elenca as ações que deverão ser executadas pelo DTI até 2020.



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

ESTRATÉGIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO BIÊNIO 2018-2020

	Set/2018	Nov/2018	Jan/2019	Mar/2019	Mai/2019	Jul/2019	Set/2019	Nov/2019	Jan/2020	Mar/2020	Mai/2020	Jul/2020	Set/2020
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	PJE Mobile - Android/iOS	Módulo de RPV (Pequeno Valor) e Precatórios	PJE - Versão 2.1 (Nova Arquitetura)	PJE Off-line	Implantação PJE - TJRJ								
	Implantação em 3TRFs; 13 TJs; 2 órgãos da JM; 100% da Justiça Trab e TRES				Implantação PJE - TJAP								
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	Laboratório de Inovação do PJE - Inova-PJE				Expansão da Atuação do Centro de Inteligência Artificial aplicado ao PJE								
					SINAP SES - Inteligência Artificial para PJE								
COMPUTAÇÃO EM NUVEM					Construção da Nuvem do Poder Judiciário								
					PJE Corregedorias em Nuvem								
BIG DATA					Replicação Nacional								
					Implantação de Ferramentas de Data Analytics								
GOVERNANÇA E GESTÃO TIC	Aplicação iGovTIC-JUD 2018				Aplicação iGovTIC-JUD 2019								
	Painel iGovTIC-JUD (Governança TIC do Poder Judiciário)				PDTIC 2019/2020								
DATA CENTER DE ALTA DISPONIBILIDADE					Expansão de Adequação/Data Center de missão crítica								
					Hiperconvergência e Ampliação do Armazenamento								
INTEROPERABILIDADE					Aplicações com foco no cidadão								
					Portais de Governança Digital do Poder Judiciário								
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO					Análise Estatística e Dinâmica de Riscos								
					Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNIMP2								
SISTEMAS NACIONAIS					Justiça em Números								
					Escritório Digital								
					Cadastro Nacional de Adoção - CNA								
					Sistema Nacional de Bens Apreendidos								
					Sistema Nacional de Adoção - CNA								
					Cadastro Nacional de Adoção - CNA								
					Sistema Eletrônico de Execução Unificada - SEEU								
					Atuação do CTIR-JUD (Centro de Tratamento de Incidentes)								
					Compliance e cumprimento da LGPD								
					Soluções Colaborativas								
					Alta Interoperabilidade e Integração								
					Centro de Operação e Controle de Rede 24x7								
					Revisão das Resoluções de TIC								

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

PRINCIPAIS AÇÕES – 2018

Relatório Executivo DTI
outubro/2018 - junho/2019

Versão 1.0

**Principais
Ações/projetos/atividades
executadas pelo DTI
no último trimestre de 2018
(Out-Dez/2018)**

TRANSPARENCIA

Governança de Gestão de TIC

- Foram realizadas 16 reuniões do CGETIC (Comitê Governança de TIC) com Atas publicadas
- Plano de Contratações de TIC 2019 aprovado
- Aplicação do questionário de Governança TIC Poder Judiciário (GovTIC-JUD em set/2018)
- Política de Gestão de Pessoas de TIC reformulada para análise da SCP/CNJ
- Portal de Processos de TIC com 10 novos processos
- Metodologia Project Canvas implementado
- Painéis Qlikview com 10 novos painéis
- Painel de Acompanhamento Orçamentário de TI entregue
- Divulgação do Portfólio de Soluções de TI contendo 125 sistemas

Sistemas Nacionais

- SEEU- mais 2 Tribunais receberam a implantação do sistema no final de 2018: TUBA e TIES, totalizando 14 Tribunais
- SISTAC- Todos os tribunais estaduais passaram a possuir o registro
- BNMP 2.0 – 100% das unidades judiciárias foram alcançadas
- Portal de Consulta Pública do BNMP 2.0 implementado

PJE

- Em 12/11/2018: Termo assinado com TIRJ para implantação do Pje no estado.
- Ainda no ano de 2018 foram implantados o Pje em:

- 3 TRFs
- 13 TJs
- 2 Origãos Justiça Militar
- 100% Justiça Trabalhista de 1º e 2º grau
- TSE e 100% dos TRES

Infraestrutura Tecnológica/Contratações de TIC

- Aplicado o montante de recursos de pouco mais de R\$ 20 milhões em contratações de TIC em 2018
- Suporte técnico sala-cofre
- Aquisição de licenças Microsoft: Office 365
- Aquisição de Microcomputadores
- Aquisição de Software Adobe
- Contratação de Serviços de Núcleo de Operação e Controle - NOC

Transformações Digitais/Inovação

- Prova de Conceito (POC) para implantação da nuvem (Cloud) do Judiciário
- Prova de Conceito (POC) para Modernização de licenças de análise de dados – Qlik Sense
- Prova de Conceito (POC) para Inteligência Artificial para Pje

EFICIENCIA

INOVACAO

PRINCIPAIS AÇÕES – 2019

Relatório Executivo DTI
outubro/2018 - junho/2019

Versão 1.0

**Principais
Ações/Projetos/Atividades
executadas pelo DTI no
primeiro semestre de 2019
(Jan-Jun/2019)**

TRANSPARENCIA

Governança de Gestão de TIC

- Publicação e aprovação do Plano Diretor de TIC (PDTIC), contendo 114 ações/ programas/projetos
- Publicação do Portfólio de Soluções de TIC 2019
- Publicação do Plano de Capacitações de TIC 2019
- Divulgação do Painel de Governança TIC (GOVTIC-JUD)
- Implantação do Sistema de Gestão de Demandas DTI
- Novo organograma do DTI com foco em Governança de TIC e Inovação
- Escritório e Metodologia de Projetos do DTI em operação
- Reestruturação do DTI encaminhada para aprovação
- Apoio à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Sistemas Nacionais

- BNMP 2.0-Integração com o SINESP
- Penas Inteligentes (Melhorias no SEEU)- aprimoramento da gestão, da infraestrutura e do monitoramento. Integração SEEU/BNMP2 e implantação TIDFT, TIRO e TIMG
- Apoio aos projetos do Departamento de Gestão Estratégica (DGE), como o sistema de metas nacionais
- Implantação do novo sistema de eventos
- Apoio às ações de implantação do Observatório Nacional de desastres e casos de grande repercussão
- Aprimoramento/Evolução nos sistemas: BNMP2, CNA, CNAEL e Escritório Digital

PJe

- PJe-documentação arquitetura 2.1
- PJe- documentação técnica
- PJe- nova arquitetura 2.1
- PJe- capacitação de usuários
- PJe- Infraestrutura em nuvem
- PJeCor - Nuvem

Infraestrutura Tecnológica/Contratações de TIC

- Aquisição de nova versão de sistema de monitoramento de demandas/tarefas (JIRA)
- Aquisição de computadores/computadores portáteis
- Aquisição de solução de perímetro de rede
- Emissão de certificados digitais para pessoas físicas e equipamentos
- Aquisição de equipamento de videoconferência dos TJs
- Melhoria do Processo de contratações de Soluções de TIC
- Contratação do Instituto de pesquisas Gartner Group

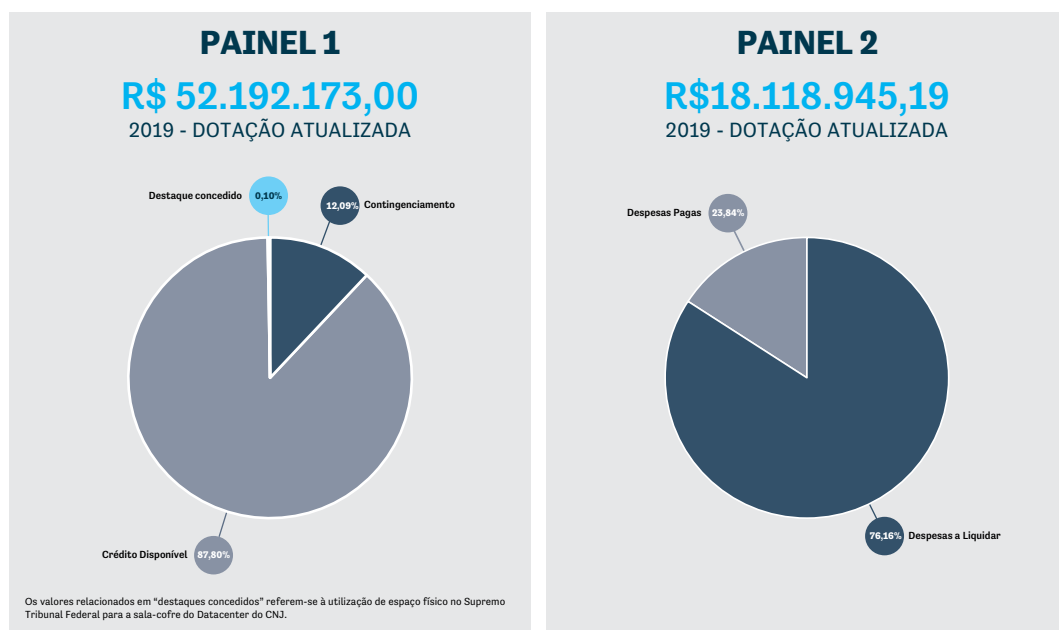
Transformações Digitais/Inovação

- Laboratório de Inovação do Processo Judicial em meio Eletrônico (Inova-PJe)
- Centro de Inteligência Artificial aplicado ao PJe
- Evolução e nacionalização do projeto "Sinapses" de Inteligência Artificial
- Implantação do novo sistema de videoconferência
- Apoio à Secretaria de Comunicação Social na implantação do novo portal CNJ
- Preparação e planejamento para implantação da nuvem (cloud) do Judiciário
- Preparação e planejamento para a melhorias da infraestrutura e atendimento de TIC
- Distribuição de novos microcomputadores e notebooks

Contratações de TIC

No início do mês de março de 2019, foi publicado o Plano de Contratações de TIC – STIC 2019. O Plano atende às demandas de todas as áreas do CNJ que solicitaram contratações de TIC, a fim de alavancar a eficiência de suas atividades, previamente definidas e contidas no Formulário de Captação de Demandas, disponibilizado em novembro/2018, preenchido pelas áreas do CNJ e consolidado pela SEGTI/COAG como uma das entradas para o processo de priorização de demandas do PDTIC 2019-2020.

Dois cenários compõem o Painel de Execução Orçamentária do DTI. O primeiro contém informações sobre a dotação orçamentária prevista para as Ações de Informática, Ações de Modernização e Ações do PJe. O segundo demonstra o quantitativo empenhado e liquidado até o presente momento.



Visão de Futuro

Tendo em vista o prospecto contemplado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2019/2020, destacam-se os principais desafios e oportunidades futuras para o próximo semestre (abril-setembro 2019).

- Ampliar a implementação do SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificado – para todo o país, atingindo **100%** dos órgãos do Poder Judiciário a possuírem o sistema e aperfeiçoar o sistema SEEU.
- Homologar solução que oferecerá altíssima disponibilidade e maior desempenho na extração de dados do programa Replicação Nacional, facilitando o envio de dados.
- Manter em pleno funcionamento os sistemas gerenciados pelo DTI em todas as unidades judiciais abrangidas, com o intuito de aumentar a eficiência judiciária, no que concerne aos temas que envolvem os sistemas eletrônicos.

- Alavancar atividades do PJe, utilizando-se Inteligência Artificial, por meio de um acordo de cooperação técnica, firmado com o TJRO, para adoção do sistema Sinapses pelo PJe em âmbito nacional.
- Coordenar os Projetos contidos no Programa do Processo Judicial Eletrônico: PJE 2020
- Avançar as ações do Grupo de Trabalho em parceria com TJMG, que tem o intuito de desenvolver um framework de interface gráfica padronizada a ser adotado pelo PJe e demais sistemas do DTI.
- Utilizar arquitetura em nuvem, por meio da implantação do módulo negocial do PJe em estrutura de nuvem, visando facilitar a sustentação da infraestrutura, além de diminuir os problemas de configuração locais nas instalações dos tribunais.
- Disponibilizar aplicativo para dispositivos móveis do PJe, permitindo maior disponibilidades de acesso ao sistema.
- Lançamento do Portal de Governança Digital do Poder Judiciário
- Desenvolver o Novo Cadastro Nacional de Adoção (CNA)
- Cumprir com a meta de ações estabelecidas no PDTIC 2019, separadas por área, no próximo semestre.

Programa PJe

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é um sistema computacional desenvolvido pelo CNJ em parceria com diversos tribunais e conta com a participação consultiva do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), da Ordem dos Advogados do Brasil, da Advocacia Pública e Defensorias Públicas.

Sob o aspecto de um *software*, o PJe caracteriza-se pela proposição da prática de atos jurídicos e acompanhamento do trâmite processual de forma padronizada, mas considerando características inerentes a cada ramo da Justiça. Objetiva a conversão de esforços para a adoção de solução única e gratuita aos tribunais, atenta à racionalização de gastos com elaboração ou aquisição de *softwares*, permitindo o emprego de recursos financeiros e de pessoal em atividades dirigidas à finalidade do Judiciário.

Sua missão é promover a completa implantação do processo judicial eletrônico em todos os tribunais brasileiros, por intermédio da plataforma tecnológica distribuída pelo CNJ. Para alcance dessa missão, o Conselho deve atuar na coordenação do desenvolvimento das melhores soluções, bem como na qualidade da sua instalação.

Considerando o caráter permanente do Programa, a presente gestão atua com vistas à definitiva implantação de uma plataforma única para o processo judicial em meio eletrônico. A premissa fundamental reside no fato de que a informatização do processo judicial é uma política pública fundamental e, como tal, deve considerar padrões ou *standards* aplicáveis a todos os segmentos de Justiça, independentemente de sua competência ou grau de jurisdição. A motivação para tanto decorre das disposições da Constituição da República (art. 103-B, §4º, VI e VII) e do Código de Processo Civil (art. 196), que atribuem competência ao CNJ para a gestão e a coordenação dessa política pública.

O presente documento descreve as principais iniciativas, ações e projetos do janeiro a junho de 2019, com o objetivo de atender às diretrizes do Programa.

Projetos

Durante o primeiro semestre de 2019, diversos projetos foram concluídos e outros estão em andamento. De uma série de iniciativas e ações, aquelas de maior destaque encontram-se descritas a seguir. Além disso, existem ações que dizem respeito ao PJe, mas com o gerenciamento de sua implantação por outros departamentos, como é o caso do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), no âmbito do DMF e do Programa Justiça Presente.

Projetos concluídos

PJe – Nova arquitetura (2.1)

A chamada versão 2.1 do PJe constitui importante e revolucionária alteração na arquitetura do sistema, que a partir de então passa a funcionar no conceito de plataforma, com a possibilidade de ampla modularização, a partir dos chamados microsserviços.³

A nova versão foi colocada à disposição dos tribunais em fevereiro de 2019 e, a partir de então, o CNJ passou a oferecer treinamento e apoio na sua implantação durante todo este semestre.

PJe – Documentação arquitetura 2.1 e Documentação técnica

Esses projetos são consequentes do anterior e correspondem à compilação de tudo aquilo que precisa ser informado para que a plataforma 2.1 possa funcionar nos tribunais. Foi construído um portal para tanto no endereço: docs.pje.jus.br.

PJe – Infraestrutura em nuvem

A nova plataforma, no modelo mencionado no item anterior, permitiu que uma parte da infraestrutura do sistema, aquela que promove o seu gerenciamento, fosse colocada em serviço de nuvem. Esse projeto foi concluído em maio de 2019 e todas as versões atualizadas do sistema já usufruirão desta melhoria.

PJe – Implantação da versão 2.1 no CNJ

A nova versão do sistema foi instalada no CNJ, para os processos que nele tramitam, no último mês de maio.

PJe – Binários

Trata-se de alteração estruturante do PJe, para otimizar o armazenamento dos documentos digitais produzidos no processo eletrônico (binários). Com a implementação da solução tecnológica adotada,

.....
³ Os microsserviços são uma arquitetura e uma abordagem para escrever *software*. Com eles, as aplicações são desmembradas em componentes mínimos e independentes. Diferentemente da abordagem tradicional monolítica em que toda a aplicação é criada como um único bloco, os microsserviços são componentes separados que trabalham juntos para realizar as mesmas tarefas. Cada um dos componentes ou processos é um microsserviço. <<https://www.redhat.com/pt-br/topics/microservices>>. A documento do PJe sobre o tema está em <docs.pje.jus.br>.

a realização de *backups* periódicos dos documentos deixará de ser necessária e esses poderão ser armazenados em nuvem. A medida aumenta a segurança, torna o sistema mais ágil e confere maior flexibilidade na escolha do local de armazenamento.

A solução tecnológica já está disponível para implementação nos tribunais e independe da versão do PJe em funcionamento.

Aplicativo Mobile – Android e IOS. Token PJe

Solução para *smartphone* e *tablet* que permite assinatura de documentos digitais no próprio dispositivo, além de dispensar o uso de certificado digital pessoal do usuário, que passará a utilizar o certificado digital da instituição de sua atuação.

Funcionalidade já utilizada no CNJ e disponível para os tribunais que implementarem a última versão do PJe.

Portal PJe Mídias

O projeto destina-se de oferecer aos magistrados uma ferramenta tecnológica que facilite a gravação audiovisual das audiências, com a possibilidade indexação dos principais eventos das audiências. Outra funcionalidade é a publicação desses documentos digitais (audiovisuais) em um único portal, que funciona como um agregador de todas as audiências.

O projeto está concluído e foi lançado oficialmente no dia 30 de maio no Plenário do CNJ. Mais de 90 pessoas representantes dos Tribunais compareceram ao workshop de apresentação do portal.

Projetos em andamento

Execução fiscal

Objetivo deste projeto é dotar o PJe de soluções que permitam a tramitação célere e com máximo de automação para enfrentar o problema da execução fiscal. O projeto envolve várias frentes, e a principal delas é a ferramenta tecnológica.

A primeira etapa foi realizada em junho, com a identificação dos principais pontos de gargalo no processo de execução e proposta de soluções de fluxos e automação para que possam ser superados. O evento, denominado *workshop* “Mineração de processos na otimização dos fluxos da execução fiscal”, contou com representantes do TJSP, TJRJ, TJPE, TJRN, TRF da 1ª Região e TRF da 3ª Região.

PJeCor Corregedoria Nacional de Justiça

A Corregedoria Nacional de Justiça lidera o projeto que tem como objetivo reunir, na plataforma do PJe, todos os procedimentos que tramitam nas corregedorias de todo o país. Funcionará em um único sítio do sistema na internet.

O projeto está na fase de configuração do sistema e as primeiras corregedorias, que atuarão como piloto do sistema, começarão a atuar no início do segundo semestre deste.

Interface visual ou UIKit.Pje

Este projeto destina-se a dotar a plataforma de processo eletrônico de novo padrão de interface que seja aplicado a todos os módulos do sistema. Mais do que uma simples alteração do visual, o objetivo é elevar o padrão de interação dos usuários com o estado da arte no sentido da usabilidade e acessibilidade. O *kit* para interface do usuário é um conjunto de bibliotecas de códigos, ícones, paleta de cores e definições que facilitará a implementação de novas telas e construção de novas soluções ou módulos.

O projeto está concluído e seu lançamento oficial ocorrerá no final deste mês de junho. A próxima etapa é a alteração de todas as telas atuais do sistema e o treinamento para novos desenvolvimentos. O trabalho foi realizado por uma equipe de profissionais do Tribunal de Justiça do Mato Grosso.

Ações de Capacitação ciclo 2019

Durante todo o ano de 2019 estão sendo realizadas ações de capacitação para aqueles que atuam no PJe, especialmente desenvolvedores do sistema, em razão da alteração na sua arquitetura, no chamado projeto 2.1.

Laboratório de Inovação para o processo eletrônico. Centro de Inteligência Artificial aplicada ao PJe

O CNJ criou o Laboratório de Inovação para o processo eletrônico e estabeleceu, como primeira linha de pesquisa, o Centro de Inteligência Artificial aplicada ao PJe.

Duas ações importantes foram criadas. Uma delas é a publicação de um edital de chamamento à pesquisa, para que os integrantes do Poder Judiciário (magistrados e servidores) atuem junto ao Conselho para produzir IA. A segunda ação é o treinamento dos interessados no uso da ferramenta tecnológica disponibilizada, em parceria com o TJRO, para a construção das soluções de IA.

O projeto atuará em duas frentes: automação das rotinas processuais e ferramentas de apoio à decisão. A etapa de implementação do ambiente propício para a produção de IA já foi concluída, com o projeto Sinapses.

O primeiro produto é a ferramenta denominada Codex, cujo objetivo é a extração, indexação e centralização de informações processuais (metadados e documentos) de todos os feitos em tramitação, nos tribunais que atuarão junto ao Centro, para produzir IA em relação a esses mesmos processos. Além disso, o Codex fará o monitoramento de todas as alterações processuais e inserção de documentos, durante a vida útil do processo e servirá como base para produção de todas futuras soluções de IA.

O Codex está em fase de homologação no CNJ, com os processos do próprio conselho e em fase de implantação no TRF da 3ª Região.

O projeto no TRF da 3ª Região é a construção de algoritmos de IA para identificar prevenção nos processos

Desenvolvimento de aplicativo mobile nacional para o processo eletrônico

Em parceria com o TRT da 5ª Região (Bahia), o CNJ está trabalhando no projeto de criação de um aplicativo nacional para o sistema, com a incorporação de funcionalidades já existentes para a Justiça do Trabalho.

Qualidade da internet na Região Norte: foram iniciadas as tratativas junto ao MCTIC para assinatura de termo de cooperação técnica, com vistas à utilização da infraestrutura da Rede Nacional de Pesquisa para melhoria de qualidade da internet dos tribunais, especialmente da Região Norte do País. A previsão é que o acordo seja assinado nas próximas semanas e projeto tenha início no mês de agosto.

Cadastro Nacional de Adoção

O sistema, desenvolvido pelo TJES, foi instalado no CNJ e destina-se a potencializar a realização dos casos de adoção no país. No momento, o projeto está em fase de implantação nos tribunais.

Visitas institucionais aos tribunais

Durante todo o primeiro semestre foram realizadas visitas institucionais a diversos tribunais que atuam no sistema PJe, com o objetivo conhecer suas necessidades e promover maior integração ao projeto

Grupo de Trabalho para elaboração de estudos e propostas voltadas à política de acesso às bases de dados processuais dos tribunais (Portaria n. 63/2019)

A primeira reunião do grupo de trabalho ocorreu em no dia 15 de maio, ocasião em que foram apresentados os membros e as propostas de atuação para o GT. Decidiu-se por fazer um seminário com especialistas no tema e, posteriormente, uma audiência pública, durante o mês de agosto próximo.



Seminário DESBUROCRATIZAÇÃO do Poder Judiciário



Poder
Judiciário

CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Aperfeiçoamento e desburocratização da gestão

Diretoria Geral do CNJ apresenta ações para racionalização dos processos de trabalho

Adequação da Estrutura Orgânica do CNJ

As Portarias n. 23, de 6 de fevereiro de 2019, e a n. 48, de 26 de março de 2019, alteraram a estrutura orgânica do CNJ para atualizar o quantitativo de cargos em comissão e estabelecer regras adicionais para sua ocupação.

Cartilha de Gestão de Riscos

A Cartilha de Gestão de Riscos da Diretoria-Geral, compromisso estabelecido no Plano Estratégico do CNJ, foi finalizada em junho de 2019 e submetida à revisão do Departamento de Gestão Estratégica (DGE), para disseminar e consolidar a cultura institucional de gestão de riscos no CNJ.

Aumento da capacidade de execução orçamentária

No último trimestre de 2018, foi realizado esforço institucional para ativar a capacidade de execução orçamentária do CNJ, por meio da criação e reativação de projetos, resultando em execução de 80% do orçamento do exercício passado, em contraposição a 60% em 2017.

Compras compartilhadas

Foi criado Grupo de Trabalho (GT), por meio do Termo de Cooperação Técnica n. 01/2019, celebrado entre o CNJ, o STF, o TSE, o STJ, o CJF, o TST e o STM, para conjugação de esforços destinados à racionalização dos procedimentos licitatórios para aquisição de bens e contratação de serviços, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços. A proposta é aumentar a economicidade e a eficiência das contratações.

Instituição do teletrabalho

A modalidade teletrabalho foi instituída e regulamentada no CNJ por meio da Instrução Normativa n. 74, de 19 de fevereiro de 2019. Os servidores em teletrabalho devem cumprir metas no mínimo 15% maiores que os servidores em regime presencial. Até o momento, foram nove pedidos de adesão ao regime, dos quais dois já foram aprovados.

II Encontro Nacional de Gestores de Pessoas do Poder Judiciário

O II Encontro Nacional de Gestores de Pessoas do Poder Judiciário, realizado em Brasília, nos dias 13 e 14 de junho de 2019, reuniu mais de 250 magistrados, gestores e servidores da área de gestão de pessoas do Judiciário. O evento teve como objetivo discutir assuntos relativos à Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário (Resolução CNJ n. 240/2016), além de promover maior integração institucional entre os tribunais e/ou conselhos. Durante o encontro, foram abordadas as ações, os projetos e as principais dificuldades da área. Foi realizada ainda a premiação das quatro melhores práticas em gestão de pessoas.

Desburocratização e racionalização de processos de trabalho

Foi criado, por meio da Portaria DG n. 121 de 8 de abril de 2019, GT para desburocratizar e simplificar os fluxos processuais no âmbito da Diretoria-Geral do CNJ, e, em conformidade com o Plano de Ação, o grupo deverá aperfeiçoar os fluxos dos processos e revisar normativos internos.

Conforme o Plano de Ação, já foram aperfeiçoados o fluxo de concessão de passagens e diárias, o fluxo para formalização de aditivos contratuais e, atualmente, está em discussão a minuta de instrução normativa que visa substituir a de número 44/2012, que dispõe sobre as regras e diretrizes das contratações no âmbito do CNJ.

Doação de equipamentos de informática ao Timor-Leste

Doação de bens de informática efetivada em junho de 2019 ao Tribunal de Recurso da República do Timor-Leste, que ocorreu concomitantemente à celebração de acordo de cooperação técnica internacional que objetiva a implementação de programas, projetos e atividade de cooperação para fortalecimento da organização judiciária do Timor-Leste.

Gestão por competências

O CNJ iniciou a implantação do Programa de Gestão por Competências por meio do Termo de Execução Descentralizada firmado com a Universidade Federal do Pará, em novembro de 2018, com a finalidade de desenvolver os servidores por meio dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários aos objetivos estratégicos e à consecução da missão do Conselho.

Qualidade de vida no trabalho

O Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, instituído pela Instrução Normativa n. 41 de 25 de janeiro de 2018, foi revitalizado para cumprir sua finalidade de promover a saúde e o bem-estar no trabalho dos conselheiros, juízes, servidores e colaboradores do CNJ. O programa tem-se fortalecido por meio de ações e projetos nas áreas de gestão da qualidade de vida no trabalho e saúde, bem como no reconhecimento e crescimento profissional.



Ações de comunicação do CNJ privilegiam TV, redes sociais e meio ambiente

Secretaria de Comunicação Social moderniza programa de TV e promove campanhas em redes sociais e para público interno

Redes sociais

Em abril de 2019, o Conselho Nacional de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, em parceria com diversos órgãos do Poder Judiciário e associações de classe, deram início a duas importantes campanhas nas redes sociais: #FakeNewsNão e Aqui tem Justiça. A união do Poder Judiciário para levar informação de qualidade ao maior número de pessoas foi o grande destaque das ações que ultrapassaram o mundo virtual e foram tema de mais de 12 reportagens.

Além disso, como desdobramento da campanha #FakeNewsNão, foi criado o Painel Multissetorial de Checagem de Informações e Combate a Notícias Falsas, que conta com a colaboração de veículos da imprensa e tem o objetivo de conscientizar a população e educar a sociedade sobre os danos causados pela desinformação e a importância de se checar a veracidade das notícias recebidas.

AQUI TEM JUSTIÇA



FACEBOOK

33

publicações

509.986

pessoas alcançadas



TWITTER

156

tweets

3.973.663

impressões



INSTAGRAM

26

publicações

662.438

impressões

#FAKENEWSNÃO



FACEBOOK

91

publicações

2.027.055

pessoas alcançadas



TWITTER

157

tweets

2.472.532

impressões



INSTAGRAM

62

publicações

831.204

impressões

Fonte dos dados: CNJ, STF, STJ, TST, TSE, STM, CSJT, CJF, TV Justiça, Rádio Justiça, Ajufe, AMB e Anamatra

Programa Link CNJ ganha novo formato

Em 5 de junho, o Link CNJ, programa do Conselho na TV Justiça, foi lançado em novo formato, com identidade moderna e quadros inéditos, como o “CNJ nas redes”, que exibe as ações e notícias postadas nas redes sociais do Conselho Nacional de Justiça, e o “CNJ em Ação”, que revela os projetos institucionais. O quadro “Uma História” mostra o lado humano da justiça e o “Giro” mostra as ações da semana. Já no “CNJ nas Ruas”, o povo pergunta e um especialista responde.

O Link CNJ é exibido cinco vezes na semana. O inédito é lançado às 21h30 das quintas-feiras, com reprises na sexta-feira, no sábado, no domingo e na terça-feira seguintes.

Outra novidade foi a criação do CNJ Entrevista, que traz personalidades do mundo jurídico para um bate-papo. O programa é lançado às 19h30 das quartas-feiras e reprisado na quinta-feira, no sábado e no domingo.

Ambos os programas também estão no canal do CNJ no YouTube.



CNJ promove campanha pela preservação do meio ambiente

Entre 3 e 7 de junho, o CNJ promoveu campanha com várias ações de divulgação para comemorar o Dia Nacional do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho.

As ações contemplaram exposições, oficinas e coletas de produtos reutilizáveis. Em 2019, mídias impressas não foram usadas para veiculação da campanha e as peças foram veiculadas em mídias *on-line*, como *banners web*, telas para totem informativo, fundo de telas dos computadores. Além disso, cinco reportagens especiais e *teasers* de sensibilização foram veiculados nos canais internos de divulgação do CNJ.



CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA